



8° CIM

CONGRESSO INTERNACIONAL MULTIDISCIPLINAR

AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NO MUNDO PROFISSIONAL

EDUCAÇÃO FÍSICA COMO FACILITADORA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Grazieli dos Santos Rocha 1¹

Kelly Cristina de Souza Soares 2²

Renata Biem Henrique 3³

RESUMO

Esta pesquisa revisa a inclusão social de crianças com deficiência intelectual nos anos iniciais, focando na Educação Física. Deficiência intelectual é um transtorno de desenvolvimento cognitivo, frequentemente incompreendido e desafiador para a inclusão escolar. A pesquisa explora características comuns dessa deficiência e enfatiza a importância da educação inclusiva para uma sociedade justa. O estudo investiga como promover a inclusão efetiva nas aulas de Educação Física, superando barreiras como adaptações curriculares e formação de professores. Hipóteses incluem que a formação adequada de professores e estratégias pedagógicas inclusivas são cruciais. Leis brasileiras apoiam essa inclusão, destacando a importância do apoio social e educativo.

Palavras chave: Educação-Física; Educação inclusiva; Deficiência Intelectual.

ABSTRACT

This research reviews the social inclusion of children with intellectual disabilities in the early years, focusing on Physical Education. Intellectual disability is a cognitive development disorder that is often misunderstood and challenging for school inclusion. The research explores common characteristics of this disability and emphasizes the importance of inclusive education for a fair society. The study investigates how to promote effective inclusion in Physical Education classes, overcoming barriers such as curricular adaptations and teacher training. Hypotheses include that adequate teacher training and inclusive pedagogical strategies are crucial. Brazilian laws support this inclusion, highlighting the importance of social and educational support.

Keywords: Physical education; inclusive education; Intellectual disability.

1 Grazieli dos Santos Rocha, Graduada em Pedagogia, FAAG, grazieli.kaua@gmail.com

2 Kelly Cristina de Souza Soares, Graduada em pedagogia, FAAG, kellysouza.cr@gmail.com

3 Renata Biem Henrique, Mestre em Ciências, FAAG, renata.henrique@faag.com.br



1. INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica buscando abordar a inclusão social das crianças com deficiência intelectual, matriculadas nos anos iniciais com ênfase na disciplina de Educação Física.

Sabendo que deficiência intelectual é um transtorno de desenvolvimento cognitivo, e não envolve deformidades físicas, muitos comportamentos apresentados por essas crianças são frequentemente incompreendidos e até inaceitáveis para seus colegas no ambiente escolar. Isto torna a inclusão desafiadora tanto para o aluno quanto para o docente.

Para facilitar a compreensão da definição de deficiência intelectual, a pesquisa aborda algumas características comuns usadas para denominar a pessoa com deficiência intelectual.

A saber, educação inclusiva tem sido um dos pilares da busca por uma sociedade mais igualitária e justa, onde todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades, tenham a oportunidade de participar ativamente na vida educacional e social. Nesse contexto, as aulas de educação física desempenham um papel fundamental, pois promovem não apenas a atividade física, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

O problema de pesquisa que norteia este estudo está relacionado à efetiva inclusão de indivíduos com deficiência intelectual nas aulas de educação física. A inclusão dessas pessoas em atividades físicas regulares é fundamental para seu desenvolvimento global, mas muitas vezes enfrenta desafios significativos. Questões como adaptações curriculares, formação de professores e acessibilidade de infraestrutura ainda são obstáculos a serem superados. O problema central desta pesquisa pode ser formulado na seguinte pergunta: “Como promover a inclusão efetiva de pessoas com deficiência intelectual nas aulas de educação física, superando as barreiras existentes?”

No Brasil, diversas leis e documentos legais foram sancionadas para assegurar o direito à inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual, e ao abordar seus direitos, acreditamos que se fará notório que cada pessoa com deficiência intelectual é única, com suas próprias forças, desafios e necessidades. Muitos indivíduos com deficiência intelectual podem levar vidas plenas e produtivas com o apoio adequado, educação inclusiva e oportunidades de desenvolvimento de habilidades adaptativas. A compreensão e o apoio da sociedade desempenham um papel fundamental na qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual.

Sendo assim, a escolha deste tema justifica-se por entendermos que a educação física tem importância fulcral no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual. Como componente curricular escolar a disciplina é de cunho coletivo e, deve atender a



todos, ser flexível e não discriminatória, considerando os potenciais e as limitações de todos e de cada um dos alunos que dela participam e suas especificidades buscando contribuir com a melhora significativa de suas potencialidades e capacidades, dimensionando suas práticas e compreendendo que o aprendizado e o desempenho de cada aluno são únicos e diferentes.

Diante deste contexto, objetivo deste estudo foi compreender maneiras que o professor de educação física pode explorar durante as suas aulas para estimular os alunos com deficiência intelectual a participarem ativamente das suas aulas.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O conceito de inclusão é muito questionado em vários debates acerca da educação escolar (BRASIL, 2005, p.11), uma educação eficiente, que colocam a escola enquanto comunidades educativas, independente de quais fossem as “características pessoais, psicológicas ou sociais” dos alunos, mesmo que tenha ou não deficiência, devem responder às necessidades destes. A legislação brasileira, conforme o Decreto n.º 7.611 (BRASIL, 2011, baseia-se em garantir, pelo menos aos estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, deficiência e altas habilidades/superdotação, serviços de apoio especializados que têm direito, visando eliminar as barreiras que comumente atrapalham ou impedem o processo de escolarização.

No âmbito da educação inclusiva, que prevê a integração e aceitação do aluno com deficiência na escola, tudo começou em 1994, quando foi elaborada a Declaração de Salamanca, que defendia a questão da escola inclusiva, ou seja, uma escola capaz de receber e acomodar qualquer criança independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre outras.

A Declaração de Salamanca (1994, p.5) aponta que:

“Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola.”



A Educação Inclusiva envolve muitas deficiências e transtornos, desde físicos como mentais. Dentre elas que carecem de um ensino diferenciado, ressaltamos o caso de alunos com Deficiência Intelectual.

Mas o que é esse problema? Segundo a AARM (Associação Americana de Retardo Mental), crianças com deficiência intelectual apresenta:

“(...)funcionamento intelectual geral significativa abaixo da média, oriundo do período de desenvolvimento, concomitante com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa, ou d a capacidade de responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos: comunicação, cuidados pessoais, habilidades sociais, desempenho na família e comunidade, independência na locomoção, saúde e segurança, desempenho escolar, de lazer e de trabalho”(BRASIL, 1997, p. 27, apud DESSEN; SILVA, 2000, p. 13).

Sendo assim, é de suma importância um educador de Educação Física estar apto a lidar com essas situações, promovendo a socialização e trabalho em parceria, uma vez que segundo Figueiredo (2010), uma escola para todos implica mudanças nas concepções pedagógicas que “(...) resultem em ações que privilegiem atenção à diferença e à diversidade” (FIGUEIREDO, 2010, p.11).

2.1 IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DO DEFICIENTE INTELECTUAL

Na escola, é possível implementar mecanismos de estímulo cognitivo, social e motor, proporcionando a quaisquer crianças maiores oportunidades de desenvolvimento global. Assim, a inclusão de crianças com deficiência intelectual na escola regular amplia seu universo de aprendizagem e cria possibilidades de inserção social, tanto em termos afetivos quanto no mercado de trabalho. Afinal, como afirma Mosé (2015, p. 36):

“[...] o homem não é uma essência imutável, ele está aberto ao mundo, completa-se nos signos, no outro, na troca com a exterioridade”.

Foi observado em algumas pesquisas alguns aspectos de melhoria no desempenho com Educação Inclusiva, a qual são citados a seguir:

Desenvolvimento Cognitivo: A educação inclusiva oferece uma variedade de estímulos que ajudam a melhorar as funções cognitivas, como atenção, memória e resolução de problemas, ao inserir a criança em um ambiente diversificado e desafiador. No livro “Inclusão: construindo uma sociedade para todos” de Romeu Kazumi Sassaki, o



desenvolvimento cognitivo é abordado no contexto da inclusão educacional como parte fundamental para a formação integral das pessoas com deficiência.

Desenvolvimento Motor: A participação em atividades físicas e motoras com outras crianças ajuda no desenvolvimento das habilidades motoras finas e grossas, contribuindo para uma maior coordenação e autonomia. No artigo “Educação física inclusiva: desafios e possibilidades” de Santos e Pereira (2015), os autores discutem as dificuldades e oportunidades presentes na implementação da educação física inclusiva. Eles abordam como a inclusão de crianças com deficiências em aulas de educação física pode impactar positivamente o desenvolvimento motor dessas crianças. O texto destaca a importância da adaptação das atividades e do ambiente para atender às necessidades específicas dos alunos, promovendo a melhoria das habilidades motoras finas e grossas.

Desenvolvimento Social: A interação com colegas sem deficiência promove habilidades sociais essenciais, como comunicação, empatia e colaboração, facilitando a integração social e emocional.

Inserção Social e Afetiva: A inclusão permite que a criança desenvolva vínculos afetivos com seus pares, fortalecendo seu senso de pertencimento e autoestima, o que é crucial para seu bem-estar emocional. O artigo de Martins e Souza (2016) conclui que as interações sociais em contextos de educação inclusiva são fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos com deficiência intelectual. Essas interações promovem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a formação de laços sociais e o desenvolvimento emocional.

A exposição a diversas experiências educacionais e sociais na escola regular prepara a criança para futuras oportunidades no mercado de trabalho, aumentando sua independência e capacidade de se adaptar a diferentes contextos.

A educação inclusiva, portanto, não apenas promove o desenvolvimento integral da criança com deficiência intelectual, mas também fortalece sua capacidade de interação e participação plena na sociedade.

3. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Educação Física no ensino fundamental desempenha um papel crucial na formação integral dos alunos e, por isso, deve ser tratada com grande interesse pelos profissionais da área. Betti e Zuliani (2002, p. 80) enfatizam que, em tempos de rápidas transformações sociais que impactam as escolas, os professores precisam fundamentar-se teoricamente para justificar suas práticas perante a escola e a sociedade, estreitando as relações entre teoria e prática pedagógica. Eles devem buscar novos modelos e métodos para garantir que a Educação Física continue formando integralmente os alunos, sempre



levando em conta a moral e a ética, tratando-os com respeito e considerando os conhecimentos que trazem de suas experiências de vida.

É importante reconhecer que o desenvolvimento das crianças é frequentemente limitado pelas atividades que realizam no dia a dia, muitas vezes restritas ao ambiente doméstico, em frente a um computador ou televisão. Nesse contexto, Matthiesen (2004, p. 11) ressalta que “[...] os problemas arrolados anteriormente não passam despercebidos, fazendo-se necessária, cada vez mais, uma ‘cultura de movimento’ em que se valorizem práticas corporais interdisciplinares.”

A Educação Física visa promover o desenvolvimento psicomotor das crianças, ajudando-as a adquirir uma consciência corporal que as auxiliará em seu cotidiano. Sua prática deve ser essencialmente incorporada ao âmbito escolar, uma vez que a escola é o meio educacional mais efetivo e eficiente para a realização dessa prática (Silva et al., 2011).

Zunino (2008) afirma que “o objetivo da Educação Física no Ensino Fundamental não é desenvolver nos alunos padrões de desenvolvimento motor, mas, a partir de atividades planejadas, favorecer o desenvolvimento de habilidades motoras, capacidades perceptivo-motoras e capacidades físicas e motoras.”

A disciplina tem um potencial educativo extraordinário, de formação pessoal e social (Rosado, 1998). Boas práticas originam experiências enriquecedoras individualmente e de grupo, possibilitando – por meio de exercícios e de atividades físicas e desportivas - o desenvolvimento de competências indispensáveis para um sentimento de bem-estar no aluno (Silva, 2010). Se esta disciplina for lecionada de uma forma inclusiva e facilitadora de novas aprendizagens, permite ao aluno uma sensação de bem-estar e de um estilo de vida positivo (Chicon, 2008), e a consequente melhoria do relacionamento interpessoal (Santos et al., 2017).

De fato, a Educação Física no Ensino Fundamental I é mais do que favorecer o desenvolvimento de habilidades anatômicas. Trata-se da aquisição de conhecimento em áreas diversas, do desenvolvimento da interação e da participação individual e coletiva em atividades práticas recreativas como forma de aquilatar a qualidade de vida dos envolvidos. A Educação Física é uma disciplina integradora e provocadora que serve de mediadora entre o social, a cultura corporal e o exercício da cidadania (Gonçalves, 2009).

Portanto, a disciplina tem o papel de aprimorar os movimentos motores das crianças por meio de atividades prazerosas, evitando aquelas que as façam sentir-se obrigadas a participar apenas para não se sentirem deslocadas do grupo (Rodrigues, Cesar Augusto de Oliveira).

3.1. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL



A disciplina de Educação Física possui um extraordinário potencial educativo, tanto na formação pessoal quanto social dos alunos (Rosado, 1998). Boas práticas nesta área resultam em experiências enriquecedoras tanto no nível individual quanto em grupo, possibilitando, por meio de exercícios e atividades físicas e desportivas, o desenvolvimento de competências essenciais para o bem-estar dos alunos (Silva, 2010). Quando lecionada de forma inclusiva e promotora de novas aprendizagens, a Educação Física proporciona aos alunos uma sensação de bem-estar e um estilo de vida positivo (Chicon, 2008), além de melhorar o relacionamento interpessoal (Santos et al., 2017) (Francisco Campos, 2020).

Nessa perspectiva, Gregg et al. (2000) apontam que as aulas de Educação Física para alunos com deficiência intelectual são uma ferramenta vital para a prática de atividades físicas diárias, sendo uma forte influência contra a inatividade física. Promover atividades físicas para alunos com deficiência intelectual contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo e motor, mas também ajuda a prevenir futuras doenças (Rodrigues, Cesar Augusto de Oliveira).

De acordo com Venturini et al. (2010), a Educação Física contribui para o desenvolvimento afetivo, social e intelectual de alunos com deficiência, pois o incentivo à inclusão fortalece a autoestima e a autoconfiança, eliminando desigualdades. A Educação Física Escolar (EFE) desempenha, portanto, um papel crucial no desenvolvimento global dos alunos. Alves e Duarte (2014) afirmam que o espaço das aulas de Educação Física facilita a interação social e é fundamental para a inclusão. Assim, o professor de EFE deve inserir alunos com deficiência intelectual nas práticas regulares da disciplina, tornando-os sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma educação equitativa e acessível a todos (Samuel de Lima Cipriano).

O aluno com deficiência intelectual enfrenta dificuldades impostas por sua condição, mas isso não significa que ele não possa aprender e ser incluído, desde que respeitado seu ritmo e tempo. Cabe ao professor ter paciência e acreditar em cada avanço. “O sistema educacional pode, portanto, intervir para favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos com algumas características deficitárias” (Coll et al., 1995 apud Tédde, 2012, p. 20).

Para que a inclusão aconteça, é necessária uma mudança de atitude dos professores e da escola na busca de novos recursos e estratégias de ensino e aprendizagem, respeitando o ritmo e as peculiaridades de cada aluno, direcionando-se a uma educação que atenda verdadeiramente às necessidades de todos.

O professor é a chave fundamental para o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular, pois é através dele que os alunos aprendem a conviver com as diversidades e diferenças em sala de aula.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS IMPORTANTES PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL



Maria Montessori foi uma médica, educadora e inovadora italiana, nascida em 31 de agosto de 1870 em Chiaravalle, Itália, e falecida em 6 de maio de 1952 em Noordwijk aan Zee, Países Baixos. Ela é mais conhecida por desenvolver o Método Montessori, uma abordagem educacional que revolucionou o ensino infantil ao enfatizar a independência, a liberdade com limites e o respeito pelo desenvolvimento natural das crianças.

Iniciou sua carreira profissional como uma das primeiras mulheres a se formar em medicina na Itália, obtendo seu diploma pela Universidade de Roma em 1896. Ela se especializou em pediatria e psiquiatria, trabalhando inicialmente com crianças com deficiências mentais.

Montessori ficou profundamente interessada em como as crianças aprendem e desenvolvem, especialmente aquelas consideradas "incuráveis" pela sociedade da época. Seu trabalho em clínicas psiquiátricas a levou a questionar os métodos educacionais tradicionais.

Segundo Campos (2017, p. 68), Montessori:

“Ao se integrar ao corpo clínico de outro hospital romano e atender pacientes pobres, verificou que não bastava tratar suas doenças se os mesmos não estivessem agasalhados e bem alimentados. Era preciso cuidar do ser integral. Em 1897, a Dra. Montessori iniciou um trabalho voluntário em um programa de pesquisa na Clínica Psiquiátrica da Universidade de Roma. Como parte de seu trabalho na clínica, ela buscava pacientes insanos nos asilos. Nestas visitas percebeu que as crianças estavam alojadas em quartos sem mobília e que não possuíam nenhum tipo de estimulação, o que contribuía para a sua condição de doença.”

Segundo Eliane Fonseca Carrara em seu trabalho publicado em 2018:

“Uma escola flexível às necessidades evidentes da criança em processo de inclusão escolar, não nos modelos tradicionais pautados pelo pertencimento etário e sim pelas possibilidades apresentadas por cada criança, com professores capazes de observar, orientar, estimular e direcionar o seu desenvolvimento (Carrara, 2018, p. 53).”

Esta abordagem reflete uma concepção de escola não tradicional, centrada nos alunos e não no sistema de ensino. A estrutura e o ambiente das salas de aula Montessori são cuidadosamente planejados para despertar o conhecimento pré-existente das crianças, estimular seu interesse em aprender e promover sua independência. Nesse contexto, cada criança tem seu próprio ritmo de aprendizagem respeitado, com o professor atuando mais como um guia do que como uma figura de interferência direta no processo de aprendizagem.



As salas de aula Montessori são compostas por agrupamentos de idade mista, ou seja, incluem crianças de diferentes faixas etárias. Essa configuração é benéfica para a aprendizagem e para o desenvolvimento do senso coletivo entre os alunos. Além disso, ela apoia a proposta inclusiva fundamental na sociedade contemporânea, permitindo que crianças com diferentes níveis de habilidade intelectual interajam e aprendam umas com as outras de maneira colaborativa.

Mariana Patrício Fernandes, em seu trabalho publicado em 2012, destaca que Maria Montessori desenvolveu dez princípios fundamentais para atender às necessidades de todas as crianças:

- As crianças diferem dos adultos e devem ser tratadas de maneira distinta.
- A aprendizagem é um processo espontâneo e interno, dependente do interesse da criança.
- As crianças necessitam de um ambiente adequado que permita brincar livremente, jogar e manusear materiais coloridos.
- As crianças têm um amor inato pela ordem.
- As crianças devem ter liberdade de escolha, necessitando de material suficiente para alternar entre atividades conforme seu interesse e atenção.
- As crianças apreciam o silêncio.
- As crianças preferem trabalhar a brincar.
- As crianças têm uma propensão para a repetição.
- As crianças possuem um senso de dignidade pessoal, não devendo ser obrigadas a seguir ordens estritas.
- As crianças utilizam o ambiente ao seu redor para aperfeiçoar a si mesmas, enquanto os adultos usam a si para aperfeiçoar o ambiente.

A partir desses princípios, conclui-se que Montessori abriu caminho para uma compreensão mais holística das crianças, tratadas como seres completos, ao contrário de seus antecessores que focavam em questões médicas. Montessori valorizava a infância como uma fase crucial para o desenvolvimento do indivíduo, dedicando-se a investigar as crianças e a relacionar teoria e prática. Seu modelo de educação é baseado em fundamentos científicos que englobam aspectos sensoriais, motores e cognitivos.

Para estimular o desenvolvimento cerebral, Montessori desenvolveu materiais didáticos e métodos de treinamento que incluíam blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e variados, barras de madeira, letras grandes de lixa, entre outros. Esses materiais foram projetados para motivar a criança por meio de diversas características como tamanho, forma, cor, textura, peso, cheiro e som. Fernandes (2012, p. 12) destaca:

“Esse material era padronizado e organizado ao alcance das crianças e, como complemento, as crianças praticavam exercícios de meditação e reflexão [...]. O conceito pedagógico de Montessori é que as crianças necessitam de um



ambiente apropriado onde possam viver e aprender, caracterizando-se, assim, o desenvolvimento interno e externo, organizados para se complementarem.”

Montessori revolucionou a educação de sua época, introduzindo novos conceitos sobre a infância que trouxeram elementos importantes para a aprendizagem e o desenvolvimento. Sua abordagem promove uma lógica de escolarização que potencializa as relações entre alunos, professores, colegas e suas famílias, criando um ambiente educacional mais inclusivo e eficaz.

No estudo de Dayane Kerly Borges Teixeira e Priscila de Sousa Barbosa, publicado em 2016, as autoras exploram a aplicação do método Montessori em disciplinas específicas e seu impacto na aprendizagem de alunos com deficiência intelectual na educação infantil. As disciplinas destacadas por Teixeira e Barbosa (2016) incluem:

a) Educação dos Sentidos ou Sensorial: Esta disciplina é fundamental para o desenvolvimento cognitivo das crianças. Através dela, os alunos aprendem a diferenciar e entender conceitos de objetos, como tamanho (grande ou pequeno) e outras características. Além disso, eles compreendem a qualidade dos objetos, agrupando-os de acordo com forma, dimensão e outros atributos sensoriais.

b) Educação Matemática: A educação matemática no método Montessori utiliza materiais concretos para ajudar as crianças a adquirir noções numéricas e compreender as operações básicas. Esses materiais permitem que os alunos interajam fisicamente com conceitos abstratos, facilitando a internalização de princípios matemáticos.

c) Linguagem: Para a alfabetização, o método Montessori emprega materiais que ajudam os alunos a associar os sons dos fonemas às suas representações gráficas. Este enfoque prepara as crianças para a leitura e a escrita, integrando habilidades auditivas e visuais de maneira eficaz.

d) Vida Prática: A disciplina de vida prática é essencial para o desenvolvimento da autonomia das crianças. Por meio de atividades que envolvem cuidados pessoais e cuidados com o ambiente, as crianças adquirem habilidades fundamentais para a independência. Esta disciplina promove a autossuficiência e a responsabilidade desde cedo.

O método Montessori se fundamenta em práticas que reconhecem e estimulam as capacidades das crianças para realizar ações de maneira autônoma e independente. Estas práticas são particularmente relevantes no contexto da educação inclusiva, onde é crucial considerar e explorar diferentes áreas de desenvolvimento e significados. Ao promover a autonomia e a independência, o método Montessori não só apoia a aprendizagem, mas também contribui para a inclusão efetiva de alunos com deficiência intelectual na educação infantil.

Segundo o estudo de Dayane Kerly Borges Teixeira e Priscila de Souza Barbosa, publicado em 2015, a concepção educacional de Maria Montessori é um marco fundamental



na educação centrada na criança. Teixeira e Barbosa (2015, p. 2) argumentam que o método Montessori enfatiza a proposta de uma escola ativa, estruturada em um modelo centrado no processo de aprendizagem e não apenas nos resultados que os alunos devem alcançar ao término de cada ano escolar.

No método, Montessori, o papel do professor é redefinido. O professor não é visto como a figura central ou detentora exclusiva do conhecimento, mas sim como um facilitador da cooperação e da aprendizagem. Teixeira e Barbosa (2015) sublinham a importância de uma formação específica para os professores que adotam essa metodologia, dado o seu papel essencial de observador e facilitador no ambiente educacional.

A preparação do ambiente é um princípio central no método Montessori, proporcionando aos alunos um espaço de aprendizagem que promove a autonomia e o desenvolvimento de suas potencialidades. Este ambiente preparado é dividido em áreas onde os alunos podem experimentar atividades práticas do cotidiano (na disciplina de Vida Prática) e acessar materiais didáticos específicos para a aprendizagem de Linguagem e Educação Matemática, além de atividades que educam os sentidos.

Teixeira e Barbosa (2015, p. 12) concluem que, na perspectiva montessoriana, os alunos trabalham em grupos ou individualmente com materiais acessíveis que atendem às necessidades e particularidades de cada aluno. Esta abordagem é especialmente relevante na educação especial inclusiva, onde é crucial trabalhar as potencialidades e dificuldades das crianças de forma individualizada, mesmo em atividades grupais. O professor, durante o processo de aprendizagem, assume uma postura de observador, facilitando a interação entre o aluno e o material didático, e promovendo situações que incentivem a autonomia e a liberdade da criança.

Segundo Arilza Landeiro Guimarães Dalonso, em seu trabalho publicado em 2016, as discussões sobre a teoria montessoriana conduzem à compreensão da infância e à valorização das experiências e do ambiente. Essas reflexões indicam que é possível levar os alunos à aprendizagem, mesmo quando enfrentam diversas dificuldades. Além disso, o processo educacional montessoriano inclui a participação ativa das famílias e da comunidade, analisando e modificando aspectos conforme necessário para beneficiar os alunos da educação especial (Dalonso, 2016, p. 73).

O método Montessori incorpora experiências cotidianas simples, mas é inovador e capaz de transformar o ambiente. Dalonso destaca a importância da preparação do espaço para a recepção dos alunos, onde o professor atua como coordenador do ambiente de aprendizagem, beneficiando todos os alunos. Segundo Dalonso (2016, p. 76):

"[...] é entre os três e seis anos que a criança desenvolve seu lado sensorial; é nessa idade que devemos encaminhá-la para o desenvolvimento psíquico, através da observação do meio, construindo nela uma mentalidade positiva. Utilizar, no meio educacional, atividades cotidianas como varrer, por exemplo, levará as crianças ao desenvolvimento psíquico, através da observação do meio, construindo nela uma mentalidade positiva."



Dalonso (2016, p. 75) enfatiza que:

“O ambiente é decisivo na educação, ali a criança será autora de sua aprendizagem, pois ele deve proporcionar a ela um espaço onde possa caminhar, correr, brincar e aprender.”

Além de focar nos conhecimentos acadêmicos tradicionais, o método Montessori valoriza saberes da vida diária, que promovem independência, autonomia e autodescobrimento. Esses elementos são essenciais para todos os alunos e assumem uma importância ainda maior para aqueles com deficiência, pois contribuem significativamente para seu desenvolvimento integral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de deficientes intelectuais no ambiente educacional é essencial para a construção de uma sociedade justa e equitativa. As práticas pedagógicas de Maria Montessori oferecem uma abordagem inclusiva que valoriza a individualidade e promove o desenvolvimento integral de todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência intelectual. Esse enfoque se estende também à educação física, área crucial para o desenvolvimento físico, emocional e social.

Maria Montessori desenvolveu um método baseado na observação e na crença de que todas as crianças têm um potencial único para o aprendizado. Esse princípio é fundamental na educação de crianças com deficiência intelectual, pois reconhece e valoriza suas capacidades. A pedagogia montessoriana incentiva a auto-exploração e a autossuficiência, permitindo que essas crianças aprendam no seu próprio ritmo e de acordo com suas próprias necessidades e interesses. Na educação física, isso se traduz em atividades adaptadas que respeitam as limitações individuais e promovem a participação ativa de todos os alunos.

Um dos pilares do método Montessori é o ambiente preparado, que é cuidadosamente organizado para atender às necessidades dos alunos. Para crianças com deficiência intelectual, isso significa criar espaços de aprendizado acessíveis e adaptáveis que promovem a independência e a confiança. Materiais didáticos montessorianos são projetados para serem manipulados e explorados de forma autônoma, facilitando a compreensão e a assimilação do conhecimento. Na educação física, isso envolve a utilização de equipamentos adaptados e a modificação de atividades para garantir a inclusão de todos os alunos.

A liberdade de escolha, outro aspecto crucial da pedagogia montessoriana, permite que os alunos escolham suas atividades de acordo com seus interesses e habilidades. Para



crianças com deficiência intelectual, essa autonomia é vital para o desenvolvimento de um senso de competência e autoestima. Na educação física, isso pode significar a escolha de atividades que mais lhes agradem, promovendo a motivação intrínseca e o prazer pelo movimento e pelo esporte.

A ênfase no respeito mútuo e na colaboração entre alunos em uma sala de aula inclusiva é outro ponto forte da abordagem Montessori. Quando crianças com e sem deficiência intelectual aprendem juntas, constrói-se um ambiente de apoio e aceitação que beneficia a todos. Esse convívio promove a empatia e a compreensão entre todos os alunos, preparando-os para uma sociedade mais inclusiva. Na educação física, essa interação é essencial para o desenvolvimento de habilidades sociais e para a construção de um espírito de equipe.

Os professores no método, Montessori atuam como guias e observadores, ajustando as estratégias de ensino conforme necessário para atender às necessidades individuais dos alunos. Essa atenção personalizada é especialmente importante para crianças com deficiência intelectual, garantindo que suas necessidades específicas sejam atendidas de maneira eficaz e contínua. Na educação física, isso envolve o planejamento de atividades que levem em conta as capacidades físicas e cognitivas de cada aluno, promovendo um ambiente seguro e encorajador.

A inclusão de deficientes intelectuais também é benéfica para toda a comunidade escolar. A convivência com colegas de diferentes habilidades e desafios ensina sobre diversidade, tolerância e inclusão. Esse ambiente prepara as crianças para uma sociedade que valoriza e respeita as diferenças. Na educação física, a inclusão fortalece esses valores, pois as atividades esportivas e recreativas são poderosas ferramentas para a promoção da união e do respeito mútuo.

A metodologia Montessori promove o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais em crianças com deficiência intelectual. A interação diária com os colegas em um ambiente de respeito e colaboração contribui para a construção de relações interpessoais saudáveis e para o desenvolvimento de competências socioemocionais importantes para a vida adulta. Na educação física, essas interações são amplificadas através do trabalho em equipe e da competição saudável.

Além dos aspectos acadêmicos, a pedagogia montessoriana se preocupa com o crescimento emocional e social dos alunos. Essa visão holística é particularmente benéfica para crianças com deficiência intelectual, pois reconhece a importância de um ambiente que nutre todas as dimensões do ser humano. Na educação física, essa abordagem ajuda a desenvolver a coordenação motora, a resistência física e a autoestima, contribuindo para a saúde geral e o bem-estar dos alunos.

Para planejar aulas de educação físicas baseadas no método Montessori, o professor deve focar na autonomia e na individualidade dos alunos. É essencial criar um ambiente preparado onde os estudantes possam explorar diferentes atividades físicas de



forma livre e autônoma. Materiais e equipamentos devem ser dispostos de maneira acessível e organizada, permitindo que os alunos escolham e experimentem as atividades conforme seus interesses e ritmos de desenvolvimento. O professor atua como guia, observando e intervindo apenas quando necessário, promovendo um aprendizado ativo e autônomo.

Além disso, o planejamento deve incluir atividades que desenvolvam habilidades motoras e cognitivas de forma integrada. Jogos cooperativos, desafios de coordenação e exercícios que estimulem a resolução de problemas podem ser incorporados para manter os alunos engajados e motivados. O objetivo é criar um ambiente de aprendizado onde os alunos sintam-se livres para explorar, cometer erros e aprender com eles, desenvolvendo não apenas habilidades físicas, mas também competências sociais e emocionais.

6. REFERENCIAS

DALONSO, A. L. G. Teoria Montessoriana: Análise Reflexiva na Educação Especial, 2016.

OLIVEIRA, J. I. C. Inclusão de crianças com deficiência intelectual por meio das aulas de Educação Física: uma revisão bibliográfica, 2022.

Alessandra de Fatima Giacomet MELLO 1; Karine Helena MORAIS 2. Isaura Maria LONGO 3; Fabíola Santini. Inclusão escolar de aluno com deficiência intelectual no contexto das aulas de educação física, 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, D. A.; SOUZA, D. N. Educação inclusiva: um estudo sobre as interações sociais de alunos com deficiência intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, n. 2, p. 165–178, 2016.

SANTOS, S. R.; PEREIRA, S. R. Educação física inclusiva: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 37, n. 2, p. 123–136, 2015.



CIPRIANO, S. O olhar do aluno com deficiência intelectual sobre as aulas de educação física na escola, 2022

RODRIGUES, Cesar Augusto de Oliveira; MARTINS, Erecy Roberto Segala. Uma reflexão sobre a educação física escolar no ensino fundamental, 2019.

MIQUELIN, Eric Carvalho. A educação física e seus benefícios para alunos do ensino fundamental, 2015.

OLIVEIRA, Cybelle Aline. Educação Física Inclusiva dos Alunos com Deficiência: Uma Revisão Sistemática da Literatura. *Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 4, p. 151-161, 2022.

CAMPOS, Francisco. Bem-estar, estilo de vida e relacionamento interpessoal nas aulas de Educação Física. *Dedica*, n. 19, p. 103-122, 2021.